

## A PSICOLOGIA ESCOLAR EM NOVOS/VELHOS ESPAÇOS DE ATUAÇÃO: PERSPECTIVAS DE PROFISSIONAIS PSICÓLOGOS

Izabella Diniz de Freitas<sup>1</sup>; Penha Marcia Rabelo<sup>1</sup>; Theomir Bassetti Filho<sup>1</sup>;  
André Mota do Livramento<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Acadêmicos de Psicologia Faculdade Multivix Nova Venécia/ES

<sup>2</sup>Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFES (PPGP-UFES). Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental (Unifia/Capacitar). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (PPGE-UFSCar). Psicólogo do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES Nova Venécia. Docente Faculdade Multivix Nova Venécia/ES.

### RESUMO

Este artigo pretendeu investigar a prática de atuação do psicólogo escolar na escola da rede pública estadual de ensino de um município do noroeste do estado do Espírito Santo. Foi utilizada como método a pesquisa qualitativa, com a realização de entrevista semiestruturada aplicada a dois psicólogos atuantes no município pesquisado. Para análise dos resultados optou-se por utilizar a análise de conteúdo proposta por Bardin, que gerou três categorias, a saber: a entrada do psicólogo para atuar na rede pública estadual de ensino, a prática de atuação e, desafios e caminhos encontrados no percurso profissional. Os resultados apontam para a existência de uma política em consolidação na rede pública estadual de ensino, com profissionais demonstrando uma prática de atuação crítica e alinhada com as referências técnicas para atuação da(o) psicóloga(o) na educação básica. Evidencia-se o potencial de contribuição da atuação dos profissionais da psicologia no campo da psicologia escolar na superação de desafios vivenciados no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

**Palavras-chave:** psicologia escolar; Educação; prática de atuação.

### ABSTRACT

This article aimed to investigate the practice of school psychologists in a state public school in a municipality in the northwest of the state of Espírito Santo. A qualitative research method was used, employing semi-structured interviews with two psychologists working in the municipality. For data analysis, the content analysis proposed by Bardin was chosen, generating three categories: the psychologist's entry into the state public education system, the practice of the profession, and the challenges and paths encountered in the professional journey. The results point to the existence of a consolidating policy in the state public education system, with professionals demonstrating critical practice aligned with the technical references for the psychologist's work in basic education. The potential contribution of psychology professionals in the field of school psychology to overcoming challenges experienced in the teaching-learning process of students is evident.

**Keywords:** school psychology, education, practice of the profession.

## 1 INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre a atuação do psicólogo escolar na educação básica é aprofundar uma temática bastante relevante no contexto educacional brasileiro.

Há muito sabe-se sobre os inúmeros desafios que o país enfrenta na oferta de uma educação pública de qualidade e que acolha a diversidade presente na realidade econômica, social e cultural brasileira. Desta forma o objetivo deste trabalho buscou responder à questão da pesquisa: em que medida a psicologia escolar, enquanto campo de atuação profissional de psicólogas(os), contribuiu com seus conhecimentos e práticas no campo da educação? Para isso, investigou-se a atuação do psicólogo escolar na educação básica na escola pública estadual de um município do noroeste do estado do Espírito Santo.

Na primeira seção, o referencial teórico tratou da contextualização da psicologia escolar a partir de um percurso histórico apresentando os vários modelos que guiaram as práticas de psicólogos nas atuações em espaços educacionais. A segunda seção focou na atuação profissional da(o) psicóloga(o) na educação básica e as contribuições das referências técnicas do Conselho Federal de Psicologia que orientam essa prática. A terceira seção propôs-se indicar alguns dos desafios e caminhos encontrados pelos psicólogos escolares na prática profissional no contexto da educação básica.

A pesquisa teve a pretensão de debruçar-se numa temática que, bastante discutida, demanda outros olhares, principalmente a partir das conquistas recentes que precisam ser consolidadas através da implementação da Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019) em todo o território nacional. Revisitar posicionamentos teóricos e suas práticas de forma crítica, política e mais coletiva possibilitam dialogar melhor com os desafios educacionais. Defende-se que a psicologia escolar, como campo de conhecimento e profissão, tem muito a contribuir com a educação pública.

A pesquisa teve como recorte a atuação de dois psicólogos escolares que atuam em escolas da rede pública estadual de ensino, de um município localizado na região noroeste do estado do Espírito Santo. Como objetivo geral, o estudo investigou a atuação da(os) psicólogas(os) nas escolas e Superintendência Regional de Educação -

SRE de atuação. Como objetivos específicos buscou descrever como foi a entrada desses profissionais na rede pública estadual de ensino; conhecer a prática da(o) psicóloga(o) escolar e, identificar os desafios e caminhos encontrados no desenvolvimento do trabalho.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) definiu a Educação como direito básico e universal, contudo, por si só não garantiu a qualidade do processo educacional das escolas. A precarização dos investimentos na educação vai além dos espaços físicos, materiais e equipamentos. A formação de professores, a valorização profissional, e as condições de trabalho têm potencializado alguns desafios para o processo de ensino e aprendizagem nas escolas, em especial, as escolas públicas sejam estaduais ou municipais.

Com a Lei nº 13.935 de 2019 (Brasil, 2019), a psicologia que historicamente atuou na educação, ganha status de lei e se insere de forma institucionalizada nestes espaços com a expectativa de contribuir com seus saberes para a melhoria dos resultados das escolas, tanto no que concerne aos desafios socioemocionais, como no processo ensino-aprendizagem.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A PSICOLOGIA ESCOLAR COMO CAMPO DE ATUAÇÃO: UM PERCURSO HISTÓRICO**

A psicologia escolar, como um campo de atuação profissional de psicólogas(os), tem a escola e as relações estabelecidas nesse espaço como objeto de intervenção utilizando-se dos conhecimentos produzidos pela psicologia educacional e demais áreas (Antunes, 2008).

Lima (2005) contribui com o estudo trazendo a descrição do percurso histórico da psicologia e sua relação com os modelos científicos que influenciaram as práticas da psicologia escolar até os dias atuais, sendo eles os modelos psicométrico, clínico, preventivo e o crítico.

O primeiro destaque de Lima (2005) contempla o modelo psicométrico. Na proposição trazida este foi um modelo com objetivos eugenistas, definindo-o como aprimoramento da espécie num contexto de pós-industrialização europeu. Na visão da autora, naquele contexto, o modelo utilizou-se de instrumentos de medida da inteligência e personalidade como forma de manter nos postos de poder a classe em ascensão.

Segundo Lima (2005) o modelo clínico foi inspirado na medicina e nas produções de Freud com a psicanálise e que a partir desta perspectiva, muda-se o olhar para as diferenças entre os indivíduos com destaque para a importância das relações familiares na constituição das personalidades.

No modelo preventivo, Lima (2005) situa o fazer da psicologia a partir do novo olhar para as diferenças, trazidas pela psicanálise, concomitantemente com os anseios de uma sociedade econômica no fim da primeira guerra. Lima (2005, p. 20) informa que “esse movimento partia do princípio de que o profissional de Psicologia deveria se adiantar aos problemas e cuidar do controle do bem-estar social e individual da nação”.

O modelo compensatório sustentou-se na teoria da carência cultural. Lima (2005), descreve que nesse modelo são consideradas a existência de aptidões diferentes entre estudantes pertencentes a classes sociais distintas, que, portanto, exigiria recursos de aprendizagem diferentes, privilegiando no processo educativo as classes abastadas e compensando as classes menos favorecidas economicamente com recursos pouco exigentes.

Em contrapartida aos modelos psicométrico, clínico, preventivo e compensatório descritos no percurso histórico, Lima (2005) discorre sobre o modelo crítico, que propunha, como o nome diz, uma visão crítica das questões educacionais inserindo o contexto histórico, social, econômico e político para compreender, a partir de uma análise mais complexa, a existência das diferenças observadas nas escolas.

O contexto atual, de demandas cada vez mais urgentes, requer dos profissionais que se propõem a atuar no campo da psicologia escolar um olhar amplo para as realidades sociais. O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019) evidencia a importância e necessidade de uma perspectiva sócio-crítica para a atuação profissional no contexto educacional e mais especificamente a importância desse posicionamento

na educação básica.

## 2.2 ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A psicologia no Brasil, enquanto profissão, foi regulamentada em 1962 pela Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 (Brasil, 1962). Nove anos depois, em 1971, foram criados o Conselho Federal de Psicologia e os Conselhos Regionais de Psicologia pela Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971 (Brasil, 1971).

Em 2006, o sistema Conselhos Federal e Regional de Psicologia cria o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, que “[...] constitui-se em uma maneira de observar a presença da(o) psicóloga(o) e do movimento da Psicologia em seu Protagonismo Social” (CFP, 2019, p.13). Como um documento de natureza orientadora, as referências técnicas servem como um recurso às(aos) psicólogas(os) que “[...] atuam no âmbito das políticas públicas para qualificação e orientação de sua prática profissional” (CFP, 2019, p.16).

A contribuição das referências para a atuação da(o) psicóloga(o) escolar está contida em quatro eixos temáticos, respectivamente “[...] a dimensão ético-política da atuação da(o) psicóloga(o) na educação básica; a psicologia e a escola; das possibilidades de atuação da(o) psicóloga(o) na educação básica; e por último, os desafios para a atuação da psicologia na educação básica”. (CFP, 2019, p. 21).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019), posiciona-se em relação à educação básica como um importante campo de atuação profissional. Assim, destaca nas referências técnicas apontamentos teóricos e técnicos para contribuir na condução e atuação nos espaços escolares, e, para que nenhum dos profissionais perca de vista o compromisso social e a defesa dos direitos humanos.

Tratar da psicologia escolar no Brasil e seu encontro com a educação demanda colocar luz, de forma crítica sobre a formação do psicólogo e as bases teóricas e sociais que as fundamentam, e, sobre o sistema educacional brasileiro que possui questões históricas de exclusão e processos de luta para ser de fato um espaço mais inclusivo, democrático e que faça sentido na vida dos estudantes.

Patto (2010) no livro “Introdução à Psicologia Escolar”, propõe reflexões para ajudar a compreender como a psicologia escolar se implica neste contexto, possibilitando inferir que ao mesmo tempo que a área da psicologia contribui com conhecimentos para o sistema educacional, os psicólogos são formados neste sistema educacional que, posteriormente, se torna objeto de intervenções da psicologia escolar.

Propõe-se que no encontro entre os saberes da psicologia escolar e os saberes da educação escolar, faz-se necessário superar a concepção de educação bancária, visto que “[...] na visão ‘bancária’ da educação, o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” como postulado por (Freire, 2010, p. 62).

Dessa forma será possível um encontro com potência de transformação dos desafios que se apresentam para as duas áreas.

### 2.3 DESAFIOS E CAMINHOS NA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGA(OS) NA EDUCAÇÃO BÁSICA

No ano de 2019 foi aprovada a Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019, “que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica” (Brasil, 2019). Esta lei é uma conquista importante para a psicologia consolidar a atuação profissional na escola pública.

Compreende-se que a psicologia escolar se constrói no contexto de um sistema educacional e nas concepções de mundo e homem que a perpassam. Desta forma faz-se necessário uma atenção sobre como a profissão pensa e se posiciona em relação à educação e seus desafios.

Patto (2010) contribui com algumas reflexões sobre o sistema educacional brasileiro, forjado na exclusão das camadas mais pobres da sociedade e que foi perpassada, em vários momentos da história da educação, por uma prática da psicologia que individualiza as dificuldades escolares e contribuem para a exclusão de uma boa parcela de estudantes do direito à educação.

Reforçando as reflexões para o campo da profissão de psicólogas(os) na educação, Andrada *et al.* (2019, p.4), pontuam

Nos dias atuais, apesar das abundantes e disseminadas críticas à visão individualizante que está na base do trabalho de psicólogas e psicólogos na

escola, ainda persistem as práticas clínicas e explicações maniqueístas que envolvem os processos educativos, seja no âmbito das relações ou do ensino e da aprendizagem e seus resultados [...].

As contribuições destacadas no estudo apontam para a necessidade de uma atuação mais potente e transformadora no contexto escolar. Faz-se necessário a apropriação de uma atuação emancipadora da psicologia para com os sujeitos do sistema educacional, principalmente das escolas públicas, como destaca o (CFP, 2019, p. 27) “esse processo de discussão no interior da Psicologia vai tomando corpo em um momento político nacional propício para a discussão teórico-metodológica sob uma perspectiva emancipatória e enraizada na realidade social[...]”.

Patto (2003) uma das principais expoentes das críticas à psicologia escolar, aponta um caminho possível para a educação:

Quanto às possibilidades de uma Psicologia na contramão da mera adaptação ao existente, há que se levar em conta: 1) os limites historicamente postos à mudança, sem cair na impotência, pois a Psicologia pode ir muito mais longe do que tem ido no objetivo de colaborar para a redução da desigualdade, mas sem cair na onipotência de querer aboli-la por meio de sua prática profissional; 2) a relevância da crítica epistemológica e ético-política de teorias e técnicas que trazem em seu cerne o elogio do conformismo; 3) a importância de estudar teorias da psique atentas às forças sociais presentes nos processos psíquicos os mais profundos do indivíduo; 4) o domínio de práticas profissionais que não sejam receitas, mas regidas pelo princípio do resgate à condição de sujeitos dos indivíduos que são objeto de pesquisa e de ação profissional dos psicólogos (Patto, 2003, p. 15).

O Conselho Federal de Psicologia busca instigar a categoria na superação das críticas historicamente lhes atribuída: “pretende-se contribuir para a melhoria da qualidade da Educação de maneira que as práticas psicológicas favoreçam a reflexão e a abordagem crítica dos desafios que temos a enfrentar no contexto educacional brasileiro” (CFP, 2019, p. 21).

O estudo contou diversas pesquisas realizadas nos últimos quatro anos com o objetivo de refletir sobre a atuação de psicólogas(os) no contexto escolar a partir de uma perspectiva crítica. Lopes, Martins e Gesser (2023, p.1), por exemplo, avaliaram “um programa de atenção e resignificação da queixa escolar e suas contribuições para o enfrentamento da patologização e medicalização dos fenômenos escolares[...]”; Silva e Souza (2023, p. 1) propuseram uma “pesquisa qualitativa, orientada pelo referencial teórico-metodológico da Psicologia Escolar Crítica[...]”; Pfeil e Zamour (2021, p. 1)

analisaram “a colonialidade que constitui nossa educação escolar, contribuindo para a superação de abordagens psicológicas individualizantes no ambiente escolar”; e Mendes (2024, p.1) “refletindo sobre a queixa escolar e excluindo qualquer prática de patologização e psicologização da vida”.

Existe um caminho em construção para a superação de práticas individualizantes ainda presentes na profissão, contudo, a psicologia escolar como campo de atuação de psicólogas(os) demanda mudança do olhar que individualiza, medicaliza e transforma dificuldades em patologias. Faz-se necessário trazer para o debate as questões sócio-históricas e políticas que interferem nos campos de atuação profissional.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 PARTICIPANTES**

Para a pesquisa foram convidados dois psicólogos que atuam na rede pública estadual de ensino em um município localizado na região noroeste do estado do Espírito Santo.

A psicóloga possui dez anos de formada. Iniciou a atuação como psicóloga no campo da educação no ano de 2020. Na rede pesquisada iniciou no ano de 2023, sendo responsável por atender onze escolas que ofertam todas as etapas da escolarização obrigatória.

O psicólogo possui três anos de formado. Iniciou a atuação como psicólogo no campo da educação no ano de 2022. Na rede pesquisada iniciou no ano de 2024, no órgão regional de educação na função de referência técnica às equipes psicossociais que atuam dentro das escolas. É responsável por acompanhar nove equipes distribuídas nos nove municípios jurisdicionados à Superintendência Regional de Educação.

#### **3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

Para a coleta de dados a pesquisa utilizou-se da entrevista semiestruturada. Os psicólogos foram entrevistados individualmente e em dois momentos separados no dia

quatro de outubro de 2024.

A entrevista contou com três blocos de perguntas. Cada bloco foi conduzido com perguntas direcionadas aos objetivos específicos da pesquisa. No decorrer da entrevista, perguntas complementares foram introduzidas para melhor compreensão dos fatos narrados ou para explorar assuntos não previstos inicialmente. As perguntas contemplaram as seguintes temáticas: o processo de entrada para atuação na rede pública de ensino; a atuação prática dos psicólogos; e os desafios e caminhos na atuação. Ao final as entrevistas foram transcritas integralmente utilizando-se a ferramenta ditar do word e transformado em texto para posterior tratamento e análise dos dados.

### 3.3 ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo. Essa técnica, de acordo com (Bardin, 1977, apud Oliveira, 2008), consiste em analisar o conteúdo produzido nas entrevistas a partir de técnicas que propiciem procedimentos objetivos e sistemáticos que possibilitem inferir conhecimentos do material produzido.

Do material analisado com a aplicação da técnica foram organizadas três categorias de análise e unidades temáticas que conduziram a apresentação dos resultados e as discussões.

### 3.4 ASPECTOS ÉTICOS

Todo o procedimento de coleta de dados respeitou os princípios éticos de confidencialidade e anonimato, preservando o nome dos participantes, locais de atuação ou descrições que pudessem expor os envolvidos na pesquisa. Buscou-se contemplar, dessa forma, o que está previsto na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Da análise das falas produzidas nas entrevistas com os dois psicólogos, elencou-se três categorias, formadas a partir de unidades temáticas, conforme descritas no

Quadro 1 abaixo:

Quadro 1. Descrição das categorias e unidades temáticas

<b>Categorias</b>	<b>Temas</b>
A entrada do psicólogo para atuar na rede pública estadual de ensino	Seleção para ingresso. Organização e funcionamento do serviço.
A prática de atuação	Eixo de trabalho que conduz a prática na/com a escola.
Desafios e caminhos encontrados no percurso profissional	Política pública em construção

Fonte: Próprios autores, 2023.

#### 4.1 A ENTRADA DO PSICÓLOGO PARA ATUAR NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO

No ano de 2019 o estado do Espírito Santo deu o primeiro passo para o cumprimento da Lei nº 13. 935/2019 publicando no diário oficial do estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEDU, a Portaria 108-R, de 11 de novembro de 2019 (Espírito Santo, 2019), instituindo o que chamou de “Ação Psicossocial de Orientação Interativa Escolar- APOIE”, que contou com profissionais formados em psicologia e assistência social localizados inicialmente na SEDU (APOIE, 2024).

Os entrevistados trouxeram informações que auxiliaram compreender o processo de entrada para atuação como psicólogos escolares na rede pública estadual de ensino:

Que já havia acontecido em 2019 ainda, lá com a GE-APOIE ainda. Onde tinha uma proposta de ter psicólogo nas escolas estaduais. Com o tempo ele se expandiu para os APOIE das SRES. Que se eu não me engano, em 2020/2021, não tenho certeza da data. Veio as duas primeiras equipes para as superintendências, que deram esse suporte para os municípios. Em 2023 finalmente, a tão sonhada APOIE Escola. Que é formada por uma equipe de dois profissionais, o psicólogo e o assistente social, para atender todas as escolas da rede estadual do município” (E1, 2024).

A fala da E1 trata da expansão da APOIE no ano de 2021 com a contratação de uma equipe psicossocial constituída por psicólogo e assistente social em cada uma das onze superintendências regionais, a APOIE-SRE. No ano de 2023 houve nova expansão, desta vez inserindo a contratação de equipes para atuar diretamente dentro das escolas, a APOIE-ESCOLA (APOIE, 2024).

Destaca-se que no Espírito Santo é possível observar, pelas normas publicadas pela SEDU, um avanço efetivo em relação à implementação da Lei 13.935/2019 (Brasil, 2019). De acordo com as normativas pesquisadas a Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar - APOIE evolui e no ano de 2023, com a publicação do Decreto nº 5.971-R, de 2023 (Espírito Santo, 2023), deixa de ser uma assessoria para tornar-se uma gerência denominada de G-APOIE, que tem com função coordenar o desenvolvimento da ação de todo o trabalho junto às demais equipes de todo o estado, além de auxiliar a gestão da SEDU com a política de atenção psicossocial nas escolas sob sua responsabilidade (APOIE, 2024).

Descrevemos com maiores detalhes os temas desta categoria: Seleção para ingresso, organização e funcionamento do serviço e a estrutura de apoio à prática.

#### **4.1.1 Seleção para Ingresso**

O estudo revela que o processo de seleção de profissionais para ingresso na equipe APOIE das Superintendências Regionais de Educação e escolas inicia-se com a abertura de edital de contratação publicado em diário oficial pela SEDU.

Trata-se de processo seletivo em designação temporária, ou seja, com data de início e fim, e composto por quatro etapas eliminatórias até a contratação. O E2 aponta uma questão importante para este estudo que se trata do caráter provisório do contrato. “Esse ingresso, ele se dá através do processo seletivo. Hoje não existe o cargo de psicólogo escolar efetivo na rede estadual, e nem de assistente social escolar efetivo na educação estadual [...]” (E2, 2024).

Vale destacar que esse tema merece ser compreendido na implicação com o fortalecimento dessa ação como política pública no campo da educação. Os processos seletivos temporários provocam a rotatividade de profissionais e a descontinuidade do

trabalho nas escolas. Esta preocupação em relação a rotatividade aparece em uma das falas do E2:

Porque é um agora trazendo para, para nós também, para o dentro da educação. Essa, a rotatividade também, é, dificulta, porque é, o nosso trabalho também, ele, ele, ele estabelece vínculos, ele cria vínculos ali, né, de segurança, de confiança, né, com aquela criança, com aquele adolescente, se, tem essa rotatividade muito grande, né, pode comprometer isso, esse, esse vínculo, né, de segurança e de confiança com aquele, com aquela criança, né [...] (E2, 2024).

#### 4.1.2 Organização e funcionamento do Serviço

Neste tema descreve-se como tem acontecido a organização e funcionamento do serviço psicossocial oferecido nas escolas da rede pública de ensino do Espírito Santo, mais especificamente, no município da pesquisa.

Como explica o E2:

Hoje (o município) faz parte da regional que atende 9 municípios. São nove municípios aqui da, da região norte. É, ao todo são 54 escolas, se eu não estou enganado. E cada município tem a sua equipe, é, dentro da escola de referência. É, se tratando dessas escolas, né, é, tem município que tem 10 escolas estadual, tem município que tem uma escola estadual, né, é aí vai depender né, da localidade (E2, 2024).

As falas apontam para uma organização e funcionamento institucionalizado através da coordenação da G-APOIE. Os documentos consultados mostram os parâmetros que definem a quantidade de equipes contratadas para atuação nas superintendências e escolas. O critério incide sobre a quantidade de estudantes matriculados. Assim, a cada 15.000 alunos matriculados nos municípios que pertencem a regional, recebem uma equipe psicossocial, que compõem a instância da APOIE-SRE. Para distribuição das equipes na escola de referência, a APOIE- Escola, é previsto uma equipe psicossocial para cada 2.500 e 3.000 estudantes (APOIE, 2024).

Na região pesquisada foram identificados nove municípios com 54 escolas e um total de 9.614 estudantes matriculados, portanto, conta com uma equipe psicossocial na APOIE-SRE e nove equipes psicossociais na APOIE-Escola (APOIE, 2024). A E1, que atua na escola referência, atende ao todo onze escolas, “aqui, neste município, nós atendemos 11 escolas da rede estadual” (E1, 2024).

A equipe psicossocial que atua na APOIE-Escola tem sua base de trabalho dentro de uma escola referência deslocando-se para cada uma das escolas sob sua responsabilidade, “[...] as equipes elas são, como posso dizer, elas são itinerantes” (E2, 2024).

A APOIE em todas as instâncias - SEDU, SRE e escolas - estabelece como público da ação os estudantes matriculados no ensino fundamental e médio, além das modalidades como educação de jovens e adultos, e educação profissional. Como descreve a E1:

A modalidade também depende. Eu tenho escolas, por exemplo, as escolas do campo do matutino são escolas multisseriadas que atende do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. É, tem escolas também dos distritos, por exemplo, que é do ensino fundamental do 6º ao 9º ano e eu tenho também escolas do ensino médio de 1ª a 3ª série do ensino médio. Então, no geral, a gente atende todo o público dentro da idade escolar (E1, 2024).

Para o desenvolvimento das ações as equipes psicossociais dispõem de uma carga horária de 40 horas semanais: “[...] a nossa carga horária é de 40 horas semanais, distribuída entre 8 horas diárias. Sempre seguindo a carga horária da escola” (E1, 2024).

As falas dos entrevistados apontam para uma organização e funcionamento construída pela SEDU para cumprir com a implantação da lei nesta rede. São caminhos em construção.

## 4.2 A PRÁTICA DE ATUAÇÃO

Os relatos dos psicólogos colocam como centro da atuação as questões psicossociais que impactam no processo de ensino-aprendizagem e detalham uma prática de atuação sustentada em dois eixos de trabalho: *acolhimento aos estudantes*, de uma forma mais individualizada, e o eixo das *ações coletivas*, com caráter preventivo e formativo para todos os membros da comunidade escolar. Como destaca a E1:

É, a atuação do psicólogo da APOIE dentro das escolas, ela é formada por 2 eixos. O eixo número um é aquele acolhimento individual que a gente fala, com o estudante [...]. O nosso segundo eixo, ele é formado por momentos de formações e capacitações, onde a gente contribui através da nossa prática para a comunidade escolar [...] (E1, 2024).

A análise das entrevistas indica a busca por uma prática alinhada aos princípios e orientações técnicas do Conselho Federal de Psicologia, na garantia de direitos e da não centralização das queixas nos estudantes (CFP, 2019). A mesma constatação é observada nos documentos norteadores da ação, publicados pela G-APOIE, que servem de guia para o desenvolvimento do trabalho das equipes psicossociais que

atuam na ação.

Nesta categoria o estudo buscou analisar as falas a partir desses dois eixos para entender os procedimentos, instrumentos e para identificar nos relatos as bases teóricas que têm conduzido o trabalho do psicólogo escolar.

#### **4.2.1 Eixos de trabalho que conduzem a prática na/com a Escola**

No eixo de atuação que trata do acolhimento individual observa-se que se inicia a partir de um fluxo que envolve, num primeiro momento, a equipe escolar e posteriormente chega à equipe psicossocial, como descrito neste trecho da entrevista:

E eles preenchem, que a gente tem um formulário de encaminhamento, e é mandado para a APOIE. Lá tem os dados do estudante, da família, uma breve descrição da demanda. O que esse professor viu? O que esse pedagogo viu? Quais os comportamentos que ficaram mais em evidência, que faz com que esse menino precise um pouco mais de atenção, só para a gente ter uma base (E1, 2024).

De acordo com os relatos identifica-se uma ordenação institucionalizada. A sequência apresentada mostra um protocolo instituído para a ação, iniciando-se com a identificação da demanda individual pelos profissionais da equipe escolar; encaminhamento da demanda para a equipe psicossocial; acolhimento ao estudante e identificação da demanda individual pela equipe psicossocial; conversa com a família do estudante; encaminhamento da demanda para os equipamentos das redes parceiras; e, o monitoramento das demandas.

O E2 descreve o monitoramento como essencial à sustentação da prática, “[...] então, a gente tem um controle disso. E depois eu pego esse controle, né, dessas nove equipes nossas, e mando pra gerência, né”. Conduzidas pela G-APOIE, o conhecimento e análise dos dados gerados movimentam novas propostas e ajustamento de ações em cada instância com o objetivo de fortalecer a política e entregar os resultados almejados.

Os entrevistados deixam transparecer indícios de uma prática integrada entre as instâncias da APOIE, conduzida por um jeito de fazer próprio, mas, que segue uma normativa institucionalizada pela G-APOIE, que acompanha todo o fluxo de trabalho das equipes psicossociais presentes na APOIE-SRE e APOIE-Escola.

Há compreensão de um trabalho intenso e complexo a ser realizado em um ambiente que abriga diversidade social, cultural, econômica e de relações, que é a escola pública, “[...] porque a gente fala, aqui a escola é um recorte da sociedade, então, aqui a gente tem um pouquinho de tudo” (E1, 2024).

A prática relatada pelos profissionais aponta para a intencionalidade de envolver toda a comunidade escolar nas ações, responsabilizando todos os atores no processo, incluída nesse bojo, a família.

A prática explicitada demonstra reconhecer os limites éticos da atuação, não extrapolando as atribuições indicadas para este contexto de atuação, como constam nas orientações do Conselho Federal de Psicologia para a atuação do psicólogo escolar na educação básica (CFP, 2019) e nas normativas que instituíram a APOIE no organograma da SEDU.

O E2 compartilha de forma bastante explícita a perspectiva teórica que tem sustentado a sua prática de atuação neste contexto:

Eu sou de um, de uma perspectiva que traz o Vygotsky, né, da histórico-cultural. Que assim, é, não basta a gente, só, fazendo um breve apanhado, né, é, não basta a gente olhar só para um indivíduo ali, né, da, da, daquela queixa que ele está trazendo, né. Existe todo um contexto ali, onde ele está inserido, que contribui para aquilo também, e, assim, é, eu acho que diversos colegas também compartilham, né, dessa perspectiva teórica, né, de atuação [...]. Porque, tem, tem, outras questões ali, que a gente precisa, como eu posso dizer, tomar conhecimento, né, antes da gente tomar, é, as estratégias, fazer os contatos, encaminhamentos sabe. Porque, assim, a gente está lidando com pessoas, né. E o ser humano, ele é muito complexo. Então, assim, a gente ter esse olhar amplo, né, olhar para o contexto também antes de, de alguma intervenção, de alguma estratégia, é bastante importante (E2, 2024).

Por fim, os profissionais apresentam elementos de uma prática que reconhece que a ação não conseguirá atingir as demandas psicossociais somente por meio da política pública educacional. Por isso defendem a importância de realizar parcerias com outras redes de apoio, “[...] ter esse olhar também, de assim, de, acho que é humildade mesmo, de no sentido assim, aí, eu não vou conseguir dar conta de tudo sozinha, eu vou precisar também de, de outros parceiros para contribuir” (E2, 2024).

O CFP (2019) propõe uma atuação da psicologia no campo da educação que se implique na garantia de direitos, isso significa dizer que o psicólogo escolar necessita permear sua prática sustentado por um conhecimento crítico frente às demandas que vão se apresentando neste espaço de atuação. Compreender a escola como espaço de

contradições, visto que, ao mesmo tempo que se propõe um processo educativo emancipador, reproduz as desigualdades produzidas pela sociedade.

No segundo eixo que trata das ações coletivas os profissionais destacaram as formações envolvendo estudantes, professores, equipe pedagógica, gestão, família e outras redes que atuam na garantia de direitos. O estudo revelou que as ações coletivas guiam muitas das práticas de atuação da equipe psicossocial na escola. Estas ações podem surgir ora da própria equipe escolar, ora de uma demanda específica identificada no acolhimento individual. Em um dos trechos da entrevista com a E1 é possível identificar a origem de algumas dessas ações coletivas no ambiente escolar:

[...] igual, por exemplo, a gente faz as ações coletivas, que é o que: a escola identificou uma demanda que ela precisa ser é, trabalhada naquele contexto escolar. Pode ser com uma turma em específico, pode ser com a escola no geral, pode ser com as famílias, então, eles passam esse tema para a gente, a gente desenvolve o nosso projeto, que a gente chama, que é ação coletiva (E1, 2024).

Outras práticas de ações coletivas têm origem no monitoramento das demandas mais incidentes no contexto escolar que produzem fóruns sobre temáticas específicas, envolvendo os profissionais da educação, a APOIE-SRE, a APOIE-SEDU e representantes das redes de proteção presentes no município.

De forma complementar identificou-se, nos documentos normativos publicados pela SEDU, ações coletivas de caráter preventivo que incluem temas instituídos no calendário escolar como *bullying*, questões relacionadas à diversidade cultural e social, preconceito e racismo, Dia da Família na escola, entre outros. Além, de ações coletivas contemplando gestores, equipe pedagógica e professores nos momentos de planejamento escolar (APOIE, 2024).

O estudo encontrou evidências que indicam que os profissionais que atuam no município da pesquisa têm desenvolvido práticas alinhadas as referências técnicas do Conselho Federal de Psicologia para atuação do psicólogo na educação básica (CFP, 2019), e, nas normativas estabelecidas pela gerência do programa que orienta as ações no âmbito da educação pública da rede estadual de ensino no estado do Espírito Santo (APOIE, 2024).

Patto (2019) aponta a importância de entender o processo histórico por qual passou a psicologia enquanto ciência e profissão e como esteve a serviço de interesses de sistemas políticos, econômicos e sociais que centravam nos indivíduos a responsabilidade pelos fracassos na sociedade. As práticas identificadas neste estudo indicam um esforço dos profissionais para superar as críticas sofridas pela psicologia no decorrer da história.

Somente refletindo de forma crítica e reconhecendo a psicologia como uma ciência, e uma prática que não são neutras, pode-se de fato contribuir para a emancipação dos sujeitos e contribuir para as mudanças desejadas no contexto educacional e na sociedade.

#### 4.3 OS DESAFIOS E CAMINHOS ENCONTRADOS NO PERCURSO

Num relato não linear os profissionais participantes da pesquisa trouxeram caminhos construídos e desafios enfrentados no percurso até o momento presente indicando que existe um caminho em construção desde o final do ano de 2019, com a criação da APOIE na SEDU sendo norte para atuação de equipes psicossociais nas escolas da rede pública estadual de ensino.

A expressão “era tudo novo” (E1, 2024), foi se repetindo nas falas dos entrevistados. Observa-se nesta expressão a indicação tanto de um caminho em construção, como um dos primeiros desafios com a implantação da ação, que exigiu estabelecimento de diálogo entre as duas áreas de conhecimento e esforço para o trabalho conjunto entre as equipes psicossociais e equipes escolares.

Neste cenário transparecem nas entrevistas caminhos e desafios encontrado/enfrentados como a desconfiança com a chegada das equipes psicossociais na escola; a superação da expectativa e desconstrução de uma atuação clínica na escola; e o estabelecimento de parcerias com outras políticas públicas, que enfrentam suas próprias fragilidades.

### 4.3.1 Política pública em Construção

Os relatos demonstraram que o desafio com a chegada da equipe psicossocial para atuar nas escolas incidiu tanto nas equipes escolares como nos profissionais da psicologia e assistência social, como se observa na seguinte fala: “[...] quando a gente entrou era tudo muito novo. O APOIE é novo. Nós somos a primeira equipe APOIE dentro da escola” (E1, 2024).

O estudo mostra que o desafio não paralisou a ação. Os relatos indicam um movimento de diálogo e troca entre as equipes APOIE nas três instâncias e as equipes escolares em busca de encontrar um jeito de fazer que ajustasse a rota das ações. De acordo com a E1 essa participação resultou em mudança nas portarias já publicadas atualizando as diretrizes para condução da prática, “[...] então, a partir desse diálogo, dessa troca de experiência entre escola e a equipe APOIE contribuiu muito para a formação das nossas diretrizes” (E1, 2024).

A presença da categoria de psicólogas(os) na construção de políticas públicas contribui para promover mudanças nas legislações e ampliação de direitos sociais, além de contribuir para as modificações no próprio campo de atuação (CFP, 2019).

O reconhecimento de que os profissionais da educação sozinhos e muito menos a equipe psicossocial não avançará com as ações na escola, sem o apoio de outras políticas públicas, explica o esforço do movimento dentro da APOIE para buscar parcerias externas a escola. O relato de um dos entrevistados corrobora com esta análise realizada “[...] eu quero até fazer um destaque aqui, que a gente chegou na educação, essas equipes psicossociais, a gente não é Salvador da pátria também, a gente não é super-herói” (E2, 2024).

Pela lente de um dos entrevistados evidencia-se diferentes realidades que tem facilitado e dificultado o estabelecimento das parcerias com outras políticas públicas. De acordo com o E2 há parcerias com municípios que tem fluído bem, como observado neste depoimento, “[...] ah, aqui está bem arrumadinho, tem todos os equipamentos, os equipamentos estão funcionando” (E2, 2024). Da mesma forma retrata o que é observado em municípios que têm políticas públicas fragilizadas: “[...] e tem município que assim, é, é, às vezes não, não tem nem o diálogo, porque não tem as pessoas com

quem fazer esse diálogo. É a falta de, de pessoas mesmo” (E2, 2024).

A expectativa pelo atendimento clínico no ambiente escolar foi identificado como um desafio a ser superado. “As referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica” pontuam a importância da superação dessas expectativas por intervenções psicoterapêuticas no ambiente escolar (CFP, 2019).

Patto (2019) aborda o tema explicando que este é resultado da herança de uma psicologia psicométrica, que se propunha classificar estudantes a partir de testes que focam as dificuldades nos indivíduos desconsiderando as questões históricas de exclusão das classes menos favorecidas no contexto político, econômico e social do país. Em um dos trechos a E1 relata que busca continuamente desconstruir esse olhar nas escolas onde atua, “[...] é uma prática diária, não é, trazer essa visão do psicólogo escolar não como atendimento clínico, mas, como um acolhimento, como é, uma ferramenta a mais dentro das escolas” (E1, 2024).

O estudo demonstra que há caminhos em construção com espaço para interação entre a psicologia e a educação, considerando que são duas áreas de conhecimento com muita contribuição para fortalecer as ações implantadas nesta rede de ensino.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa teve como objetivo investigar a atuação do psicólogo escolar na escola pública da rede estadual de ensino, elegendo um município do noroeste do estado do Espírito Santo para o estudo. Da investigação, importantes resultados foram encontrados.

O estudo possibilitou identificar que desde 2019 existe uma proposta consistente de implantação da Lei Federal nº 13.935/2019 (Brasil, 2019) na rede pública estadual de ensino no Estado do Espírito Santo através da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar – APOIE, instituída pela Secretária de Estado da Educação - SEDU.

A pesquisa mostrou que o processo de contratação de profissionais para atuar na ação acontece por processo seletivo em designação temporária. Esta forma de contratação demanda atenção para não caminhar para uma fragilidade no decorrer da ação, visto a possível incidência de rotatividade de profissionais.

Existe uma organização e funcionamento que conta com uma estrutura de apoio para os profissionais que ingressam para atuar na ação de forma bastante consistente. Essa estrutura conta desde o início com a participação de psicólogos envolvidos no processo, mostrando a importância da categoria inserida nas instâncias de mobilização das políticas.

Em relação a prática de atuação da(o) profissional de psicologia, o estudo identificou uma estrutura institucionalizada que guia o fazer dos profissionais a partir de eixos de trabalho individuais e coletivos com foco de atenção centrados nos estudantes e suas demandas buscando contemplar as orientações das referências técnicas para atuação da(o) psicóloga(o) para atuação na educação básica (CFP, 2019). Os profissionais que atuam nas escolas do município pesquisado reconhecem as questões políticas, econômicas, culturais e sociais que perpassam e afetam a prática neste campo de atuação. Esse olhar crítico possibilita fortalecer a prática em direção da emancipação almejada.

Em relação aos desafios e caminhos do percurso, a pesquisa indica que a nova política pública que inseriu equipes psicossociais para atuarem dentro das escolas públicas trouxe como desafios a atuação conjunta dos profissionais da educação e da psicologia, a expectativa para o atendimento clínico, e, a construção de parcerias com outras políticas públicas para dar conta de demandas que extrapolam a prática de atuação da psicologia escolar.

Como caminhos identifica-se um movimento em direção ao fortalecimento do diálogo entre a psicologia e a educação com a elaboração de diretrizes de atuação sustentadas em intervenções mais compatíveis com as realidades vivenciadas no contexto escolar, demonstrando um importante passo para o rompimento com as expectativas clínicas.

A pesquisa indica que a instituição de parcerias com outras redes responsáveis pela garantia de direitos dos estudantes, têm contribuído com as demandas psicossociais identificadas no ambiente escolar que necessitam ser encaminhadas para outras políticas públicas.

O estudo demonstrou a existência de trilhas de investigação que apareceram na entrevista, contudo, não foram contempladas na pesquisa, como por exemplo a

formação do profissional de psicologia diante das exigências sociais presentes no campo da educação, e a investigação da implantação da Lei Federal nº 13.935/2019 (Brasil, 2019), nas redes municipais de ensino.

A hipótese inicial de que a psicologia pode contribuir com a educação no enfrentamento dos desafios existentes nas escolas públicas, se confirma neste estudo. No entanto, faz-se necessário fortalecer e ampliar o diálogo entre essas duas importantes áreas de conhecimento, bem como com as outras redes de apoio para a consolidação da política.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA, P.C. de; DUGNANI, L.A.C.; PETRONI, A.P.; SOUZA, V.L.T. de Atuação de psicólogos(os) na escola: enfrentando desafios na proposição de práticas críticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, (DF), v.39, e1877342, p.1-16, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003187342>. Acesso em: 01 jun. 2024.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicol. Esc. Educ.** São Paulo, v.12, n. 2, p. 469–475, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>. Acesso em: 29 maio. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13935.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13935.htm). Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.119 de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4119.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm). Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.766 de 20 de dezembro de 1971**. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de psicologia e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5766.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5766.htm). Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução n. 510 de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa com seres humanos. Diário Oficial

da União [Internet]. Brasília, n.98, p.44, 7 abr 2016. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581)  
Acesso em: 29 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. CFP. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica**. 2.ed. Brasília, DF: CFP, 2019. 67p. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-na-educacao-basica/>. Acesso em: 18 out. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **APOIE, 2024**. Disponível em: <https://apoie.sedu.es.gov.br/>. Acesso em: 18 out. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado. **Decreto nº 5.971-R de 18 de abril de 2023**: Altera a estrutura organizacional básica e transforma cargos de provimento em comissão e funções gratificadas no âmbito da Secretaria de Estado da Educação - SEDU, sem elevação de despesa fixada. Disponível em: <https://apoie.sedu.es.gov.br/Media/Apoie/APOIE/Decreto%205971-R%20de%2018%20de%20abril%20de%202023.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **Portaria 108-R de 11 de novembro de 2019**: Institui a Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar - APOIE no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo e demais providências. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Portaria%20n%C2%BA108-R%20de%2008%20de%20novembro%20de%202019%20-%20APOIE.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

FREIRE, Paulo. Educação bancária e educação libertadora. *In*: PATTO, Maria Helena Souza (org.). **Introdução a psicologia escolar**, 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

LIMA, Aline Ottoni Moura Nunes de. Breve histórico da psicologia escolar no Brasil. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v.23, n.42, p.17–23, 2005. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19637>. Acesso em: 31 maio 2024.

LOPES, Juliana Silva; MARTINS, Reginaldo Medeiros; GESSER, Marivete. Ressignificando a queixa escolar: contribuições do parque para a desmedicalização da educação. **Psicol. Esc. Educ**, São Paulo, v. 27, e237290, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-237290>. Acesso em: 02 jun. 2024.

MENDES, Laura Rosa Ribeiro. Equipes multiprofissionais: desafios e possibilidades frente às prioridades definidas pelas políticas educacionais. **Psicol. Esc. Educ**, São Paulo, v. 28, e256841, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392024256841>. Acesso em: 02 jun. 2024.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Rev. Enferm.** UFRJ, Rio de Janeiro, out/dez; 16(4):569- 76, 2008. Disponível em: [https://br.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=E211BR105G0&p=AN%C3%81LISE+DE+CONTE%C3%9ADO+TEM%C3%81TICO-CATEGORIAL%3A+UMA+PROPOSTA+DE+SISTEMATIZA%C3%87%C3%83O#:~:text=arquivos.ufrj.br%20%E2%80%BA%20arquivos%20%E2%80%BA%2020231720\\_0936e](https://br.search.yahoo.com/search?fr=mcafee&type=E211BR105G0&p=AN%C3%81LISE+DE+CONTE%C3%9ADO+TEM%C3%81TICO-CATEGORIAL%3A+UMA+PROPOSTA+DE+SISTEMATIZA%C3%87%C3%83O#:~:text=arquivos.ufrj.br%20%E2%80%BA%20arquivos%20%E2%80%BA%2020231720_0936e). Acesso em: 18 out. 2024.

PATTO, Maria Helena Souza (org.). **Introdução a psicologia escolar**, 4.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

PATTO, Maria Helena Souza. O lugar social da psicologia e a formação de psicólogos. *International Studies on Law and Education*, **CEMOrOc-Feusp** / IJI-Univ. do Porto, n.33, p. 7-18, set-dez 2019. Disponível em: <http://www.hottopos.com/isle33/07-18Patto.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

PATTO, Maria Helena Souza. Da psicologia do desprivilegiado à psicologia do oprimido. *In: PATTO, Maria Helena Souza (org.). Introdução a psicologia escolar*, 4.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

PATTO, Maria Helena Souza. Direitos humanos e atuação na educação. In: Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Os direitos humanos na prática profissional dos psicólogos**. Brasília: Comissão Nacional de Direitos Humanos. Conselho Federal de Psicologia, 2003, p.13-15. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha\\_dh.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf). Acesso em: 01 jun. 2024.

PFEIL, Flávia Maria Cavallo; ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Psicologia escolar e persistências do colonialismo no cotidiano educacional. **Psicol. Esc. Educ**, São Paulo, v.25, e221972, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392021221972>. Acesso em: 02 jun. 2024.

SILVA, Márcia Justino da; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. Psicólogas(os) no sistema educacional de Boa Vista/Roraima: concepções, práticas e desafios. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília (DF) v. 43, e244202, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003244202>. Acesso em: 02 jun. 2024.